

ETNOGEOGRAFIA E DINÂMICA DA “FRONTEIRA”: NOVAS TERRITORIALIDADES INDÍGENAS E SUSTENTABILIDADE CULTURAL DOS POVOS ARUAK DAS RAIN-FORESTS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

José Antônio Souza de Deus

Professor Adjunto IGC- UFMG/ Doutor em Ciências (Geografia)- IGEO-UFRJ

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo essencial analisar a experiência histórica de *populações tradicionais* como as comunidades indígenas da Amazônia Ocidental, enfatizando a dinâmica em curso, principalmente de povos da família *aruak* sediados na região norte do país (essa família linguística constitui um dos maiores agrupamentos étnicoculturais dos índios brasileiros e se estende para outras regiões e países do continente americano). Os povos *aruak* (ou *nu-aruak*), classicamente sempre corresponderam a uma das culturas mais desenvolvidas das *rain-forests* (tendo se domiciliado inclusive na floresta equatorial brasileira, com vasta distribuição geográfica desde o extremo-norte do país até regiões meridionais como as áreas xinguana e pantaneira). Constituíam sociedades ribeirinhas e sedentárias, hierarquizadas e pacíficas, dotadas de elaborada estrutura social/ política e sofisticada tradição cerâmica. Nossa pesquisa acentua a relevância hoje assumida pelos fatores culturais e territoriais, analisando seu papel, no cenário de inflexões positivas da realidade indígena (inclusive, dos *aruak*) e focalizando sua atenção nas sociedades indígenas estabelecidas nas áreas culturais Norte-Amazônica e Juruá/ Purus- ainda não impactadas de forma extremamente crítica pela aceleração dos processos de ocupação incidentes em outros quadrantes da região (como a Amazônia Meridional e Oriental), como resultado da adoção por vários países sul-americanos (inclusive o Brasil), de políticas governamentais “desenvolvimentistas” e mercantilistas, intimamente atreladas aos interesses do *agribusiness* e das grandes corporações. A investigação objetiva ainda, identificar os grupos tribais hoje mais articulados em termos políticos, socioeconômicos, etc., nos cenários intra e extrarregional e que vêm vivenciando nas últimas décadas, um processo de nítidas recuperação demográfica e reafirmação étnicocultural que, em certos casos, inclui experiências de emergência de identidades coletivas e reterritorialização. O trabalho foi metodologicamente viabilizado a partir de pesquisa bibliográfica/ cartográfica/ documental, utilizando fontes como a literatura científica disponível sobre a realidade indígena amazônica (que compreende enfoques etnológicos, etnográficos, sociológicos, históricos, geográficos, geopolíticos, etc.) e bancos de dados, por vezes detalhados e precisos, de organizações não-governamentais, entidades ambientalistas e indigenistas domiciliadas e atuantes na região (como o *Instituto Socioambiental/ ISA* e o *Conselho Indigenista Missionário/ CIMI*)- passos metodológicos acompanhados/ complementados por reconhecimento de campo, organização dos dados em matrizes e contextualização/ sistematização de informações. O trabalho de campo foi desenvolvido entre índios do Acre, integrantes de várias etnias das famílias *aruak* (*arawak*) e *pano* (*náwa*), sediadas nos municípios de Rio Branco e Sena Madureira e serviu para lastrear pesquisa de doutoramento desenvolvida na interface entre as áreas da Geografia Cultural e da Geografia Política (e concluída no *Laboratório de Gestão do Território* do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro- LAGET- IGEO/ UFRJ). No Acre- vale ressaltar- constituiu-se historicamente, desde o “Ciclo da Borracha”, a clássica e emblemática figura do “Índio-Seringueiro”, e no período mais recente, nas últimas décadas do século XX, se

forjou aí uma bem sucedida aliança entre índios e seringueiros, na perspectiva da organização política dos grupos e movimentos sociais marginalizados, excluídos e oprimidos do estado- segmentos desde então designados como os “povos de floresta”. A pesquisa lança também um olhar mais atento sobre práticas inovadoras de intervenção estatal e de ordenamento territorial atualmente em andamento no *front* indigenista. E vale ressaltar que nesse contexto de crescentes transformações, sociedades indígenas como os *Baniwa* do Içana (alto rio Negro/ noroeste do Amazonas), *Wapixána* (Roraima/ Serra e Lavrado) e *Baré* (médio rio Negro/ Amazonas), na área Norte-Amazônica; e os *Apurinã* (bacia do Purus/ Amazonas) e *Kampa Ashaninka* (bacia do Juruá/ Acre), na área Juruá/ Purus- todas elas incluídas na grande família *aruak* e cujas lideranças têm tido aliás, destacado papel em fóruns regionais, nacionais e internacionais-, emergem como expoentes de uma dinâmica diferenciada em curso, em termos de dimensões e padrões, em que se consolidam **novas territorialidades indígenas**, imbricadas com o desenvolvimento, através de parcerias, de atividades agroextrativistas (envolvendo o manejo de espécies nativas como a *andiroba*, *copaíba*, *murmuru*, *cupuaçu*, *açaí*, *pupunha*, *seringueira*, *castanha*, *urucum*... com adensamento das áreas de ocupação daquelas com capacidade de geração de produtos comercializáveis como alimentos, medicamentos fitoterápicos, cosméticos, *couro vegetal*, ração para o gado, etc.), e também de atividades artesanais (artigos de cestaria, instrumentos musicais, etc.)- atividades produtivas bem assentadas nos modelos de etnossustentabilidade e etnoambientalismo e relacionadas com a expansão do fenômeno do “neoextrativismo”. Nesse processo, progressivamente se delineia uma nova inserção dos povos indígenas da Amazônia brasileira na ambivalente e contraditória conjuntura que hoje enfrentamos nacional e internacionalmente e que corresponde a um cenário mundial crescentemente globalizado, “pós-moderno”, etc. São também explicitadas e discutidas no artigo, as estratégias utilizadas por esses povos para viabilizar contínuos avanços e conquistas, na perspectiva do etnodesenvolvimento das suas comunidades- e em que se inclui a implementação/ consolidação de uma educação diferenciada, intercultural e bilíngüe.

Palavras-Chave: Etnogeografia, Índios da Amazônia, Territorialidade e Cultura Indígena, Dinâmica da “Fronteira”, Etnossustentabilidade.

I. INTRODUÇÃO

As sociedades indígenas da família *aruak*¹ foram sugestivamente, as primeiras nações indígenas encontradas por Colombo à época da “descoberta” da América (os *Taino*, por exemplo, representavam um importante segmento dos *aruak*, sediado nas Grandes Antilhas). E com área de dispersão original hipoteticamente situada na Amazônia peruana, os *Aruak* correspondem ainda, geograficamente, ao mais ocidental dos grandes agrupamentos etnolinguísticos em que se incluem os índios brasileiros (MONTSERRAT, 1998; URBAN, 1998). Historicamente esses povos originaram uma das culturas mais desenvolvidas da floresta equatorial, constituindo sociedades ribeirinhas e sedentárias, hierarquizadas e pacíficas, dotadas de elaborada estrutura sociopolítica e sofisticada tradição cerâmica² (RIBEIRO, 1995; WRIGHT, 1998). Alguns povos *aruak* da América do Sul domiciliados na área norte-amazônica (por exemplo, nas Guianas e Rio Negro), bacia do Ukayali, área Juruá/ Purus, bacia xinguana (se estendendo mais ao sul até o Pantanal e Chaco), conseguiram sobreviver

¹ *Aruaque*, *Aruac*, *Arawak*, *Nu-Aruaque*, *Maipure*.

² Na área xinguana, notabilizou-se, por exemplo, a elaborada tradição cerâmica dos índios *waurá*.

ao choque decorrente do contato³ (conflitos, escravização, epidemias...) por ocuparem áreas mais pulverizadas e remotas do continente. Mantinham a propriedade coletiva da terra com divisão do trabalho por sexo, praticando uma agricultura itinerante de subsistência e cultivando produtos cuja utilização depois se tornou universal como a mandioca, o milho, o algodão, o tabaco, o inhame e a pimenta *chili*. Eram governados por líderes conhecidos como “*caciques*” (termo que deriva aliás, das línguas *aruak*), assessorados nas maiores comunidades, por conselhos comunitários. Alianças entre tribos *aruak* foram eventualmente estabelecidas como estratégia de autodefesa contra grupos que lhes eram hostis (como os seus belicosos vizinhos *karib* ou os próprios colonizadores europeus). Valorizavam festivais mítico-religiosos e a convivência social. Utilizavam armas como a zarabatana. Incluíram sociedades tribais com trajetória histórica bem demarcada a exemplo dos *Manáo* (ou *Manau*), *Aruã* (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2001), *Kuniba*, *Guaná* (RIBEIRO, 1996) e *Passé* (OLIVEIRA FILHO, 1999)- todas já extintas. No período colonial, os *Manáo* eram considerados a mais importante nação indígena do Rio Negro (ZENUN, ADISSI, 1998).

Atualmente os *aruak* abrangem entretanto, povos indígenas ainda demograficamente vigorosos como os *Terena* (MS), *Baniwa* (AM), *Apurinã*⁴ (AM) e *Paresi* (MT). E alguns desses grupos se perfilam entre as sociedades melhor posicionadas nos processos atualmente em curso de reinserção das comunidades indígenas no cenário amazônico, brasileiro e mundial- processos esses, aliás, imbricados e amalgamados regionalmente com as novas dinâmicas do etnoambientalismo e da etnossustentabilidade. Vale ressaltar que, emergindo como contra-projetos refratários à marcha da globalização, a organização e manifestação coletivas de grupos étnicos, culturais e religiosos, por vezes minoritários, mas coesionados em torno de suas visões de mundo, imaginário e paradigmas, vêm exercendo progressiva influência no cenário cultural e social contemporâneos (DEUS, 2005). E como enfatiza Câmara (2005), estes movimentos, com um discurso baseado na construção da identidade a partir de elementos étnico-culturais e territoriais, expõem a urgência de inclusão destas demandas na pauta política para a construção de uma cidadania includente e multicultural. Nessa perspectiva, analisaremos a seguir, experiências históricas (de povos indígenas das “rain-forests”, integrantes da família *aruak*), incidentes hoje em dia no contexto territorial e cultural da Amazônia Ocidental, incluindo o singular evento da “ressurgência” de grupos tribais imprópria ou equivocadamente julgados até recentemente extintos- fenômeno que poderia ser visualizado aliás, à luz dos mais recentes conceitos da geografia política e etnogeografia (HAESBAERT, 2001, 2002 a/ b/ c, 2004 a/ b, 2007), como um nítido processo de reterritorialização.

II. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE INDÍGENA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

As áreas Norte-Amazônica e Juruá/ Purus correspondem aos espaços sub-regionais que privilegiamos como áreas-foco de investigação por constituírem as

³ De acordo com registros do CIMI, na Amazônia o exercício da violência contra os povos nativos era generalizado no século XVI e estava ligada às tentativas de escravização indígena. Os grupos resistentes foram arrasados, como os *Manau* à época do cacique Ajuricaba. Pressionados pelos portugueses, esses índios conseguiram entretanto resistir à conquista por quatro anos- de 1723 a 1727, liderando a poderosa aliança intertribal conhecida como a “Confederação do Rio Negro” (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2001). O mesmo tipo de hostilidades e violência contra as sociedades indígenas marcou, como se sabe, o processo de conquista de territórios em outras regiões do Brasil, ao longo do desenvolvimento dos vários ciclos econômicos que caracterizaram o processo de colonização do país (CASTRO, DEUS, 2007; DEUS, NOGUEIRA, FANTINEL, 1998).

⁴ *Ipuriná*

porções do território amazônico onde as culturas indígenas podem não ter sido ainda atingidas de forma tão drástica pela aceleração dos processos de contato gerada pela irradiação recente de malhas viárias, plantas industriais (altos-fornos de ferro-gusa, usinas metalúrgicas, etc.) e atividades agro-pastoris (pecuária, plantações de soja...), que têm desencadeado significativos impactos como queimadas e desmatamentos em outros quadrantes do território amazônico (BEAZLEY, 1990; DEUS, MELLO, 1992, 1997; RIBEIRO, 1992)- sobretudo nos setores oriental e meridional da região. Analisaremos particularmente a trajetória recente dos grupos de filiação lingüística *aruak*, discutindo a situação dessas sociedades em contextos territoriais específicos como o noroeste amazônico (Alto Rio Negro), em Roraima, no sul do Amazonas e no Acre.

No noroeste amazônico, uma nação indígena *aruak*, os *Baníwa*, domiciliados a 1.500 km de Manaus (ROCHA, 1995), elevou sua população de 3.189 indivíduos em 1995 para quatro mil em 2000 (RICARDO, 2000). Esses índios, organizados em uma associação, foram bem sucedidos na comercialização no sul do país, de seus produtos artesanais (cestaria trançada com fibra de arumã do mato), utilizando o selo *ARTEBANIWA*. A empresa *Essencial Arte em Perfumaria* inclusive lançou em agosto/1997, a linha de perfumes *Mistérs d'Amazonie*, que incorpora elementos culturais e naturais dos *Baníwa*, utilizando a cestaria como embalagem dos produtos. Segundo Meira (2000, p. 46), a propósito, a atividade extrativista é historicamente importante para as populações indígenas do alto rio Negro, “e seu estudo necessário para a compreensão do processo de interação delas com a sociedade branca envolvente. Trata-se, portanto de um tema fértil para a reflexão histórica, antropológica e política sobre aquelas sociedades indígenas”.

No âmbito do processo de legalização de terras indígenas do Rio Negro (via *Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal/ PPTAL* do *Programa Piloto Para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil/ PPG7*- iniciativa conjuntamente estabelecida entre os governos do G7 e do Brasil sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, *Banco Mundial* em parceria com organizações não-governamentais como a *Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro/ FOIRN* e *Instituto Socioambiental/ ISA* e desdobrando-se em quatro componentes: regularização fundiária, ações de vigilância nas terras indígenas, estudos e capacitação (BECKER, 2005^a, McCONAHAY, 1997; MENDES, 2002; THÉRY, 1997). A maior parte das 600 comunidades envolvidas no projeto participou da discussão sobre as demarcações e direitos delas decorrentes, adquirindo conhecimento sobre os novos limites das terras através da consulta de mapas, materiais informativos e promocionais (RICARDO, 2000). Entre dezembro/ 1995 e maio/ 1996, o Ministério da Justiça declarou de posse permanente dos índios, determinando sua demarcação administrativa, cinco terras contíguas nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Japurá e Santa Isabel (Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I e II, Rio Téa e Rio Apaporis), que somam em seu conjunto 10,6 milhões de hectares (106 mil km²), habitados por 30 mil índios, de 23 etnias diferentes.

Há referenciais históricos que merecem ser resgatados no processo de efetivação dessas conquistas (FARIA, 2003). Vale ressaltar que as últimas décadas do século XX (a partir dos anos 70), “representam o período das assembleias indígenas, marcado por descobertas mútuas e trocas de informações sobre os contextos interétnicos enfrentados por cada povo” (NEVES, 2003, p. 115). E em fevereiro/ 1985, após invasão garimpeira no Uapés, realizou-se na Missão de Taracua, reunião de representantes das comunidades de Pari Cachoeira, Iauareté e Içana em defesa da integridade territorial indígena no Rio Negro. Na seqüência, de 1987 a 1990, viveu-se na região, o período mais fértil para a constituição das organizações indígenas- entendidas como formas de representação e

negociação de interesses comunitários de cunho étnico capazes de responder aos crescentes desafios das sociedades indígenas locais. No período, as comunidades indígenas proximalmente localizadas à Serra do Traíra passaram a impedir a invasão de garimpeiros. A *FOIRN* nasceu de ampla assembléia de 300 líderes, realizada em São Gabriel da Cachoeira em abril/ 1987 com a presença de representantes da FUNAI e integrantes de doze etnias que reivindicaram a demarcação de territórios, o reconhecimento do direito exclusivo de exploração de recursos naturais dessas áreas pelos índios e o pagamento de indenizações por atividades econômicas desenvolvidas por terceiros na região. Em março/ 1990, outra assembléia foi realizada no mesmo local, com a participação de representantes de treze etnias. Em dezembro/ 1992, com a presença de dezesseis organizações e 260 lideranças indígenas, foi realizada em São Gabriel da Cachoeira, a 3ª Assembléia Geral da *FOIRN*, em que foi reconduzido para a direção da entidade um grupo de lideranças *baré*, *baníwa* e *tukano* e foram discutidas questões como a demarcação de terras, a realização do censo indígena do Rio Negro e reivindicações das comunidades nas áreas de educação e saúde. Em abril/ 1993, com a presença de representantes de quatorze comunidades foi organizada assembléia extraordinária que se pronunciou contra a invasão de garimpeiros na bacia do Rio Cauaburis, Pico da Neblina e Igarapé Peuá (ISA, 1996.). Em abril/ 1995, nova assembléia indígena foi convocada em São Gabriel da Cachoeira com a presença de 400 líderes, de vinte e oito povos diferentes. A luta pela demarcação de terras correspondeu mais uma vez ao principal tema das discussões realizadas. E mais recentemente, em dezembro/ 1997, vinte etnias participaram da 10ª Reunião Ordinária dos Conselhos Administrativos da *FOIRN* debatendo as demarcações de terras e as alternativas de desenvolvimento sustentável almejadas pelas comunidades (RICARDO, 2000).

No Rio Negro (bem como em outras regiões da Amazônia e do Brasil- vale ressaltar), há povos que se julgava extintos há décadas ou séculos, que têm “ressurgido” a partir da realização de novas pesquisas etnológicas ou da necessidade ou conveniência de certos grupos até então ocultos, imersos ou indistintos dentro do complexo sociocultural da sociedade regional e vivendo um processo de “desterritorialização aparente”, em reassumir sua identidade étnica. Muitos povos que optaram longamente por ocultar suas identidades para subsistir ao preconceito, hoje buscam assim resgatar sua identidade étnica e rompem com uma “lógica da invisibilidade” eficiente por séculos. É nesses grupos que se julgava extintos, ou que permaneciam submersos sob o rótulo ou a aparência de caboclos, por exemplo, os *Baré*⁵- grupo *aruak* do baixo Rio Negro/ AM que está abandonando o disfarce caboclo e assumindo sua face indígena, que muitas vezes se observa maior empenho no sentido da valorização da identidade étnica em termos de resgate de seus traços culturais tradicionais- processo contraditoriamente também acompanhado, de uma apropriação de linguagens e comportamentos da sociedade envolvente, como determinadas formas de organização política. Esse processo se insere em uma tendência hoje bem delineada de autoidentificação ou de inserção de muitos grupos marginais e etnicamente distintos, nas categorias de comunidades indígenas, nativas ou tradicionais, “por causa dos direitos que crêem associados ao termo” (COLCHESTER, 2000, p. 231)- compreendendo: direitos de soberania sobre seus territórios; manutenção de tradições culturais, religiosas e etnolingüísticas; o exercício de leis consuetudinárias; autonomia de gestão, através da utilização de instituições próprias; controle dos seus próprios recursos; autodeterminação e direito à diferença. A FUNAI designa os grupos indígenas

⁵ Originalmente um grupo de língua *aruak*, os *Baré* sofreram um processo de aculturação em que foram “tupinizados” (no período em que a língua predominante no Brasil Colônia era o *tupi*). Hoje eles ainda se expressam em *nheengatú* - a “língua geral” ou *tupi* amazônico (RIBEIRO, 1995).

que vivenciam essa experiência como “remanescentes”, enquanto o *CIMI* os classifica como “ressurgidos”. A exemplo dos quilombolas (em sua nova concepção, mais “elástica”), tratar-se-ia de uma nova categoria sociológica instituinte de uma paisagem cultural “emergente” na sociedade brasileira contemporânea (COSGROVE, 1998).

A fim de evitar ambigüidades, Diegues (1993) inclusive discrimina critérios para a definição do termo “população tradicional”, entre os quais se destacariam: a dependência e até simbiose com a Natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais a partir dos quais se constrói um ‘modo de vida’; o conhecimento aprofundado da Natureza e seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais; noção de ‘território’ ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; moradia e ocupação desse ‘território’ por várias gerações, ainda que alguns membros possam se deslocar para centros urbanos; auto-identificação ou identificação pelos outros de pertencer a uma cultura distinta das outras. Cabe aos pesquisadores, planejadores do desenvolvimento e executores de políticas, programas e projetos, considerar as especificidades regionais e os *ethos* das comunidades tradicionais, uma vez que a modernização é útil e necessária, sendo almejada pelas comunidades, mas ela não deve ocasionar a perda de seu patrimônio físico e cultural, espaços de vida e territorialidades socialmente construídas.

Já em Roraima, os índios *Wapixána* também incluídos na família *aruak* e que presumivelmente absorveram, segundo Farage e Santilli (1998), segmentos residuais de outros povos indígenas da região hoje extintos (como os *Paraviana*)-, tiveram no passado, seu contingente populacional reduzido a cerca de 1000/ 1500 indivíduos apenas. Entre 1925 e 1930 particularmente, esse povo sofreu intenso processo de depopulação, face ao contágio de enfermidades. Nas últimas décadas, o grupo começou entretanto a se rearticular, com a mobilização de suas lideranças e a promoção de reuniões coletivas que permitiram a agilização do processo de reafirmação da identidade étnica e a reconstrução da coesão da tribo. Em 1985, eles já somavam 5.122 pessoas em território brasileiro, e no ano 2000, segundo dados da FUNAI e FUNASA, totalizavam 6.500 indivíduos (RICARDO, 2000). Simonian (1998, p. 84), a propósito, registra que a presença da Igreja Católica entre os indígenas da região ajudou a inseri-los em processos de educação formal (no que o Estado também participou), “principalmente quanto à formação de professores e de catequistas, muitos dos quais viriam a ser mulheres. A presença desta Igreja ainda garantiu uma primeira discussão sobre a mulher, que foi realizada durante o encontro de catequistas de 1996. Esta seria a base de todo um processo organizativo que se seguiria”.

E como assinala Barros (2000, p. 40), os viajantes que percorreram o estado no início do século XX reportaram-se aos *wapixána* como índios em situação deplorável, compulsoriamente arregimentados para o trabalho em fazendas de pecuária hiper-extensiva no Lavrado e extremamente fragilizados pelo alcoolismo. Até 1970 poucos acreditavam que seria possível reverter a situação desalentadora, de marginalidade, em que se encontravam os índios das serras e do Lavrado em Roraima. Com vergonha de falar a língua materna, apresentando elevados índices de alcoolismo em muitas comunidades, carentes de terras para plantar e com escassas alternativas de trabalho exceto como serviçais nas fazendas e garimpos, não pareciam existir perspectivas de futuro muito promissor para os *Wapixána*, por exemplo. A partir de 1977 entretanto, assembleias anuais de tuxauas transformaram-se em eventos de marcante cunho político e reivindicatório. A ação dos tuxauas foi fundamental pois se colocaram à frente de seus grupos locais, promovendo reuniões comunitárias freqüentes, incentivando o reforço da identidade étnica indígena, discutindo os problemas das comunidades face à sociedade envolvente, buscando reforçar a coesão tribal. Em janeiro/ 1977, realizou-se a VII

Assembléia de Chefes Indígenas, na sede da missão na Vila Surumu, a 230 km de Boa Vista (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2001). E em janeiro/ 1985, 150 lideranças *wapixána* e de outras etnias se reuniram na missão para discutir problemas dos indígenas da região do Lavrado. Em janeiro/ 1986, os tuxauas compreendendo 250 lideranças ao todo, voltaram a se concentrar em Surumu para discutir demarcações de terras, alternativas de desenvolvimento econômico e de rearticulação cultural das comunidades, dentre outras questões. Em janeiro/ 1993 foi por sua vez organizada na maloca do Bismarck (Área Indígena Raposa/ Serra do Sol), a 22ª Assembléia dos Tuxauas coordenada pelo CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA/ CIR, com a participação de 350 índios para discutir a situação jurídica das terras, alternativas de autodeterminação dos povos indígenas, questões de educação e saúde além do resgate da cultura e liberdade de organização indígenas. Estiveram presentes representantes da FUNAI, de entidades civis (OAB, CIMI...) e de Igrejas (Católica, Anglicana...). Lideranças *makuxi* e *wapixána* foram então eleitas para a coordenação da entidade. Em dezembro/ 1998, o governo brasileiro disponibilizou verbas do PPTAL para demarcar sete novas áreas indígenas identificadas pela FUNAI em Roraima: Barata/ Livramento, Boqueirão, Jacamim, Moscow, Muriru, Taba Lascada e Wai-Wai (RICARDO, 2000). Em fevereiro/ 2002, foi realizada nova assembléia anual de tuxauas em Roraima, aglutinando 616 lideranças indígenas na maloca do Pium.

Mas um impasse que se prolonga é a homologação da Área Indígena Raposa/ Serra do Sol (com aproximadamente 1,7 milhões de hectares, onde os índios criam mais de 25 mil cabeças de gado). A regularização dessa terra e a retirada dos fazendeiros aí estabelecidos dedicados à rizicultura (e contando com o apoio de segmentos minoritários dos indígenas da região) têm sido insistentemente reivindicadas pelo CIR. Cerca de 26 garimpos ilegais de diamantes estão estabelecidos na reserva, mas a FUNAI não sabe esclarecer se são administrados por índios ou não-índios. Em junho/ 2008 o CIR divulgou comunicado a respeito de uma assembléia geral em Surumu, com a participação de 400 líderes comunitários para deliberar sobre estratégias de mobilização que possam garantir a demarcação da reserva. Os índios de Roraima têm obtido, a propósito, expressivo apoio político e financeiro de organizações não-governamentais brasileiras e do Exterior (Estados Unidos, Alemanha, Itália, Suíça, Canadá...).

Na área Juruá/ Purus, uma das mais devassadas no Ciclo da Borracha, só havia índios antes do início da procura do látex. Mas após um período relativamente curto de exploração dos seringais, a maior parte dos grupos nativos desapareceria ou ingressaria num processo de regressão social e desarticulação cultural, enquanto que os “civilizados” rapidamente atingiriam o contingente de 50 mil indivíduos na região. Nesse período, as populações indígenas “sofreram transformações profundas (demográficas e sociais), cujas dimensões ainda são pouco conhecidas” (WRIGHT, 1992, p. 266). Índios *aruak* como os *Apurinã* (além de outras sociedades indígenas da família *pano*), foram assim compulsoriamente engajados na extração da seringa e do caucho. E no período mais recente, como assinalam pesquisadores do CIMI:

”os povos Jamamadi, Paumari e Apurinã, habitantes do Rio Purus, no Amazonas, foram submetidos por madeireiros a trabalhar na extração de andiroba, copaíba, louro e outras árvores, em seus territórios. Esses casos chegaram ao conhecimento público em 1979, durante reunião preparatória de uma assembléia de povos indígenas do Purus. Na ocasião cerca de 50 representantes indígenas denunciaram a situação e exigiram que a FUNAI passasse a agir em defesa de suas comunidades, pois esse órgão vinha se mantendo omissa (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2001, p. 35)”.

Os *Apurinã*, devido à colonização pioneira desenvolvida na região a partir do século XIX sofreram intenso processo de desagregação comunitária. Eles chegaram a ter sua população reduzida a cerca de quinhentas pessoas. E em 1983, a disputa pelas safras de castanhas gerou conflitos entre eles e moradores do município de Lábrea/ AM Hoje entretanto, em processo de recuperação populacional e rearticulação cultural, eles já somam 2.779 indivíduos, constituindo uma das etnias de população mais numerosa na Amazônia Ocidental . A situação nos territórios em que habitam é menos tensa atualmente e uma organização da tribo encaminhou em abril/ 2002 à comissão executiva dos *PDPI/ PPG7* projeto de atividades econômicas sustentáveis e desenvolvimento de sistemas agroflorestais que viabilizaram cultivo de pupunha (para extração de palmito).

No Acre e áreas adjacentes, há por sua vez uma proliferação de organizações indígenas que aglutinam etnias específicas, produtores indígenas (agricultores, criadores, agroextrativistas, artesãos...), agentes de saúde e de turismo, mulheres, estudantes, professores, etc. Nos últimos anos, os índios têm fiscalizado seus territórios, e sugestivamente, definem sua atual experiência como “o Tempo dos Direitos” (IGLESIAS, AQUINO, 2000). Constituiu um importante capítulo da sua história recente o desenvolvimento a partir de 1983, do programa de formação de professores indígenas do Acre (desenvolvido pela Comissão Pró-Índio, com apoio da *NRF-OD/ Rainforest Foundation- Noruega* e *UNICEF*)- a partir de currículo diferenciado, bilíngüe e intercultural. O projeto, reconhecido pela Secretaria de Educação, transformou-se em referência nacional (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE, 1996; ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE, 2000). Em 1993, 781 crianças estavam sendo alfabetizadas por professores índios nos municípios de Assis Brasil, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Sena Madureira, Tarauacá; e em Boca do Acre e Pauini/ AM (ISA, 1996). Em 1997, havia 2.014 alunos matriculados nas escolas indígenas no ensino fundamental da 1ª à 4ª série. E como explicitam as especialistas em administração pública Craveiro e Perret (2004, p.114):

“por ser uma das iniciativas pioneiras de educação escolar indígena no Brasil, a experiência de formação de professores indígenas do Acre apresenta-se bastante amadurecida em seus processos administrativos e pedagógicos. Por um lado, verifica-se o atendimento de todas as aldeias do estado através de um sistema regional de ensino inovador. Por outro, apresenta o desenvolvimento do processo pedagógico, a partir da evolução do debate dos professores e lideranças sobre o tipo de escola que desejam implantar. Isto é percebido através de outros projetos que são desenvolvidos a partir do momento que o conhecimento e compreensão sobre o mundo não-indígena são mais claros. Neste contexto começam a se desenvolver o projeto de agentes agroflorestais, e inclusão social, diálogo com professores de outros povos, dentre outros”.

Parecem assim muito adequadas e pertinentes as considerações que faz Grupioni (2001, p. 88), ao sublinhar que:

“denunciando e repudiando situações de discriminação, legais e de fato, a que muitos povos indígenas estiveram submetidos, lideranças e organizações indígenas têm se mobilizado para garantir o direito de continuarem existindo como comunidades distintas, portadoras de tradições culturais e instituições políticas próprias e pelo domínio dos territórios e recursos ali existentes, preservados ao longo de suas gerações. Nesse processo, a reivindicação de uma escola diferenciada, que permita a valorização dos conhecimentos e saberes tradicionais e facilite o acesso a conhecimentos universais, ganha sentido e tornou-se uma das principais bandeiras de luta de várias organizações indígenas”.

Avalia-se que 90% da extensão territorial do Acre permaneçam como floresta intocada (em 1998, a área desmatada totalizava apenas 9,7% da extensão total do estado), e as

comunidades indígenas estão à procura de formas de sustentação alternativas baseadas no extrativismo (ANDERSON, CLAY, 2002), até porque há em toda a região várias áreas de ocorrência de seringueiras, castanheiras, copaíba⁶, açaí⁷, buriti, etc. (DEUS, 2007). E outras espécies nativas também têm sido manejadas, com adensamento das áreas de ocupação daquelas com capacidade de geração de produtos comercializáveis- por exemplo: a polpa de cupuaçu utilizada para fabricação de sucos, sorvetes, geléias, doces, cremes, etc., “que são apreciados na Amazônia e no Brasil, e conhecidos no exterior” (CLEMENT, 2008, p. 40). No Juruá, as concentrações da palmeira nativa murmuru e os andirobais⁸ são bastante comuns. Desde 1996, a Comissão Pró-Índio (CPI-AC) desenvolve no estado, um projeto de formação de agentes agrofloretais indígenas. Vidal (1998, p. 203), a propósito, demarca que algumas comunidades indígenas do Acre, estão “tentando implantar projetos alternativos e que merecem ser apoiados”, apesar de suas limitações (LÉNA, ESTERCI, LIMA, 2003). Estas iniciativas inserem-se num novo modelo de desenvolvimento caracterizado como neoextrativismo, “que promove um salto de qualidade pela incorporação de progresso técnico e envolve novas alternativas de extração de recursos associadas com cultivo, criação e beneficiamento da produção” (RÊGO, 1999, p. 63).

No Acre, destacam-se entre as alternativas de desenvolvimento sustentável aquelas implantadas nas comunidades *kampa* do Rio Amônia no Alto Juruá, em Cruzeiro do Sul (DALMOLIN, 2004; SILVEIRA, 2000; SILVEIRA, LEITE, 2000) e *apurinã* de Boca do Acre/ AM- nesse caso com o envolvimento do PESACRE- organização não-governamental baseada em Rio Branco (SMITH *et. al.*, 1998). Essas duas etnias do Acre e sul do Amazonas respectivamente fazem parte- vale ressaltar-, da grande família *aruak*. Os *Kampa* do Rio Amônia (domiciliados no município de Marechal Thaumaturgo, a 810 km de Rio Branco), formaram uma cooperativa em 1989, estabelecendo parceria com a FUNAI, o governo estadual e uma empresa privada local, através de uma associação- a APIWTXA, para obter recursos para a implantação de vários projetos destinados a viabilizar a comercialização de óleos de copaíba e castanhas de coco murmuru (*Astrocaryum sp.*)- utilizados industrialmente para a fabricação de cosméticos (sabonetes, *shampoo...*), medicamentos fitoterápicos e ração para o gado. Eles estão também engajados com a confecção de produtos artesanais comercializados em outras regiões do Brasil e no Exterior.

Na avaliação de Mendes (2000, p. 571), a demarcação das terras e a ação da Polícia Federal contra invasores propiciaram aos *kampa* (ou *ashaninka*) a oportunidade de “combinar suas atividades econômicas com o uso controlado dos recursos naturais, preservando sua cultura e seu território”. Esses índios tiveram sua reserva demarcada em 1991 e homologada no ano seguinte. Eles têm promovido com sucesso o manejo de espécies regionais, mantendo desde 1994 um viveiro de mudas de mogno, pupunha (para aproveitamento do palmito e polpa), cajá e laranja. Os *Kampa* estão investindo ainda em projetos de apicultura, piscicultura, treinamento de gestores, fortalecimento e divulgação da cultura nativa (através da consolidação de programas de educação

⁶ O uso mais conhecido da copaíba “é medicinal, com amplo emprego, especialmente como anti-inflamatório. Além de perfumes, a copaíba tem uma série de outras aplicações, partilhando com a castanha do Pará prestígio junto à população amazônica” (SANTOS, 2008, p. 49).

⁷ “Para ser consumido, o açaí é amolecido em água morna, despolpado em máquina própria ou amassado manualmente e transformado num suco espesso- o vinho de açaí” ... que, “quando misturado com açúcar ou farinha de mandioca ou de tapioca, constitui, por vezes, a alimentação principal das classes populares” na Amazônia. O açaí foi uma das poucas frutas amazônicas “que se beneficiaram da interação entre pesquisa e empreendimento industrial” (CLEMENT, 2008, p. 39).

⁸ O óleo extraído da andiroba “é utilizado em uma variedade de produtos que vão de cosméticos a repelentes de insetos, anti-sépticos, cicatrizantes e anti-inflamatórios” (SANTOS, 2008, p.46).

diferenciada e bilíngüe com apoio da Universidade Federal do Acre) e na produção de material promocional como CDs e vídeos. Entre maio e junho/ 2000 ocorreu no município de Jordão, uma “invasão da Terra Indígena Alto Tarauacá, visando à exploração ilegal de madeira e da caça” como denunciou a seção local do CIMI (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2001, p. 112). Nessa área perambulam inclusive índios “isolados”⁹. E entidades representativas dos índios *kampa* denunciaram em diferentes oportunidades (em novembro/ 2001 e agosto/ 2008, por exemplo), a exploração de mogno e cedro por madeireiros peruanos que sistematicamente invadem suas terras com a conivência dos *ashaninka* sediados no país vizinho. No período compreendido entre 1981 e 1987, também se realizou a extração ilegal de cedro e mogno na área *kampa* por empresários e políticos acreanos. Para fazer frente às invasões, os índios implantaram em 1995/ 1996 uma aldeia na entrada de sua área, que funciona como um estratégico posto de vigilância (RICARDO, 2000)- o que se pode caracterizar aliás, como o exercício explícito da territorialidade desse grupo.

Vale assinalar que visitamos a região (pesquisa de campo de doutoramento nos municípios de Rio Branco e Sena Madureira), em um momento rico, em que as informações obtidas *in loco* iam se somando com dados e análises que emergiam de outras investigações em curso sobre diferentes aspectos da realidade de grupos indígenas específicos como os *Ashaninka* (por exemplo: RENARD-CASEVITZ, 1998); sobre os índios do Acre em geral (por exemplo: COSTA, ALONSO, TOMIOKA, 1999), sobre as questões mais recentes no cenário amazônico como um todo (BARBOSA, 2007; BRINCOURT, 1991; BECKER, 2005 b, 2007; FARIA, 2002; HÉBETTE, 2004; LIMA, PEREIRA, 2007; PAIXÃO, 2004; RICE, GULLISON, REID, 1997; SILVA, 2007), ou mesmo sobre temas emergentes concernentes à realidade indígena latino-americana e mundial (DÁVALOS, 2005; WALLS, 1993).

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há características da realidade indígena norte-amazônica que merecem ser discriminadas e destacadas: a grande extensão dos domínios territoriais indígenas aí situados, o grande porte populacional das etnias aí localizadas (a exemplo dos *wapixána* e *baníwa*) e a invulgar projeção de lideranças tribais da região em organizações indígenas nacionais (por exemplo: ocupando cargos de direção e coordenação no *CAPOIB*) ou em fóruns internacionais. As estratégias utilizadas pelas comunidades para viabilizar avanços político-territoriais e socioculturais têm compreendido: a realização periódica de assembléias; a capacitação de índios como agentes capazes de assumir funções no *front* político ou de exercer cargos técnico-profissionais no cotidiano das aldeias; a consolidação de organismos de natureza associativa- entre os índios do Alto Rio Negro (46 organizações) e Roraima (18 organizações), particularmente; o bloqueio de estradas e pontes; a utilização de instrumentos jurídicos para a resolução de disputas, garantindo direitos territoriais como pudemos observar em março/ 1990, com os *Wapixána* obtendo liminar em favor da retirada de posseiros da A. I. Canauanim, através de requerimento da Procuradoria Geral da República; em julho/ 1993, com os índios do Alto Rio Negro se mobilizando para resolver um conflito legal com garimpeiros na região dos rios Içana e Curicuriari; e em outubro/ 1996, com as comunidades indígenas do Lavrado em Roraima questionando no STF, a criação pelo

⁹ Os povos “isolados” ou “arredios” corresponderiam a “frágeis microsociedades perdidas na Floresta Amazônica” (OLIVEIRA FILHO, 1999., p. 204), em situação de risco, e ainda refugiadas em remotas áreas da Amazônia como a faixa de fronteira Brasil/ Peru, no Acre.

governo estadual dos municípios de Uiramutã e Pacaraima no interior de terras indígenas em processo de demarcação.

Podemos constatar que a realidade indígena da Área Juruá/ Purus está por sua vez marcada por dois tipos de experiências igualmente expressivas no contexto socioeconômico e político da região: em primeiro lugar, as iniciativas seminais, mas bem sucedidas, de desenvolvimento de projetos agroextrativistas e por outro lado, o recente aprendizado na consolidação de alianças com outros segmentos das “populações tradicionais” como os seringueiros. Lideranças indígenas locais também têm se projetado internacionalmente. De acordo com Carlos Walter P. Gonçalves:

“essa aliança foi extremamente importante para que uma outra visão da Amazônia ganhasse o mundo, pois tanto os índios como seringueiros têm a floresta como *habitat* e isso, indiscutivelmente, ampliou seus horizontes políticos por meio da aliança com o movimento ambientalista” (GONÇALVES, 2001, p. 133).

As estratégias utilizadas pelos povos indígenas da Área Juruá/ Purus para viabilizar avanços no plano político-territorial e político-cultural compreenderiam: a realização periódica de assembléias; a progressiva capacitação de índios como agentes- como se verifica entre os *Kampa Ashaninka* e *Manchinéry*; a consolidação de organismos de natureza associativa como as cooperativas dos índios acreanos; e a crescente utilização de instrumentos jurídicos para a resolução de disputas como ocorreu em agosto/ 2000, com os *Ashaninka* em litígio com madeireiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Anthony; CLAY, Jason – **Esverdeando a Amazônia**: Comunidades e Empresas em Busca de Práticas Para Negócios Sustentáveis. São Paulo: Fundação Petrópolis/ Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2002, 202 p.
- BARBOSA, Carla Gonçalves Antunha – O Território do Conhecimento Tradicional Indígena. In: FERNANDES, Bernardo Mançano, MARQUES, Marta Inez Medeiros, SUZUKI, Júlio César. **Geografia Agrária**: Teoria e Poder. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, p. 363- 376.
- BARROS, Nilson Cortez Croácia – *Encounter* e Imaginação Geográfica na Guyana Brasileira. **Território**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 31-46, jan./ jun. 2000.
- BEAZLEY, Mitchell – **The Last Rain Forests**. London: Mitchell Beazley Publishers/ IUCN, 1990, 200 p.
- BECKER, Bertha K. – A Amazônia e a Política Ambiental Brasileira. In: SANTOS, Milton, BECKER, Bertha K. **Território, Territórios**: Ensaio Sobre o Ordenamento Territorial. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora., 2007, p. 22-42.
- _____ - Amazônia: Nova Geografia, Nova Política Regional e Nova Escala de Ação. In: COY, Martin, KOHLHEPP, Gerd. **Amazônia Sustentável**: Desenvolvimento Sustentável Entre Políticas Públicas, Estratégias Inovadoras e Experiências Locais. Rio de Janeiro: Ed. Garamond/ Tübinger Geographische Studien, 2005a, p. 23-44.
- _____ - Organização e Conflitos na Sociedade Civil da Amazônia. In: MATA, Pe. Raimundo Possidônio C., TADA, Ir. Cecília. **Amazônia**: Desafios e Perspectivas Para a Missão. São Paulo: Paulinas, 2005b, p. 83-108.
- BRINCOURT, Christian – **Amazonie**– Les Derniers Indiens. Paris: Éditions Atlas, 1991, 127 p.
- CÂMARA, Marcelo A. – Os Movimentos Sociais de Base Indígena e a Construção de

- Identidade Sócio-Territorial na Bolívia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 71-78, jan./ dez. 2005.
- CASTRO, Henrique Moreira; DEUS, José Antônio Souza– O Mundo Agrário Sob a Ótica da Cultura Visual: Uma Abordagem Teórico-Conceitual e Metodológica Aplicada ao Ensino das Geociências. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3, 2007, Londrina/ PR, **Anais...** Londrina: UEL/ USP/ UNESP/ UFMS/ UNIOESTE-PR/ AGB, 2007, p. 1-15.
- CLEMENT, Charles R. – Frutas- À Espera de Mercados. In: CAPOZZOLI, Ulisses, **Amazônia- A Floresta e o Futuro: Tesouros**. São Paulo, Duetto Editorial/ Scientific American Brasil, 2008, p. 36-43.
- COLCHESTER, M. – Resgatando a Natureza: Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas. In: DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação: Novos Rumos Para a Conservação da Natureza**. São Paulo: Hucitec/ NUPAUB-USP, 2000, p. 225-256.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE - **Atlas Geográfico Indígena do Acre**. Rio Branco, CPI/ AC, 1996, 62 p.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - **Outros 500-** Construindo Uma Nova História. São Paulo: Editora Salesiana, 2001, 256 p.
- COSGROVE, Denis E. – A Geografia Está Em Toda a Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 92- 122.
- COSTA, Sérgio, ALONSO, Ângela, TOMIOKA, Sérgio – A Re-Significação das Tradições: O Acre Entre o Rodoviarismo e o Socioambientalismo. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 115- 131, ago./ dez. 1999.
- CRAVEIRO, Sílvia; PERRET, Nathalie – Programa de Formação Intercultural Diferenciada e Bilíngüe de Professores Indígenas. In: TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho, GODOY, Melissa G., COELHO, Carla. **Vinte Experiências de Gestão Pública e Cidadania-** Ciclo de Premiação 2004. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2004, p 109-120.
- DALMOLIN, Gilberto Francisco – **O Papel da Escola Entre os Povos Indígenas:** De Instrumento de Exclusão a Recurso Para Emancipação Sociocultural. Rio Branco: EdUFAC, 2004, 425 p.
- DÁVALOS, Pablo – **Pueblos Indígenas, Estado y Democracia**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2005, 368 p.
- DEUS, José Antônio Souza – Linhas Interpretativas e Debates Atuais no Âmbito da Geografia Cultural, Universal e Brasileira. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 25, p. 45-59, 2º. sem. 2005.
- _____ – Sustentabilidade na Agricultura, Experiências Agroflorestais na Amazônia Brasileira e o Exercício de Novas Territorialidades Indígenas na Fronteira. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3, 2007, Londrina/ PR, **Anais...** Londrina: UEL/ USP/ UNESP/ UFMS/ UNIOESTE-PR/ AGB, 2007, p. 1-25.
- DEUS, José Antônio Souza, MELLO, Marcus Pereira – A Problemática Espacial de Setores Populares da Amazônia e a Questão Mineral. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro/ SP, v. 22, n. 43/ 44, p. 27-33, 1992.
- _____ - As Questões Sociais e Ambientais em Rondônia e Sua Inserção no Contexto Regional e Nacional. **Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 135-141, mar. 1997.
- DEUS, José Antônio Souza, NOGUEIRA, Marly, FANTINEL, Lúcia Maria– Índios e

- Quilombolas nas Regiões de Antiga Mineração no Brasil: A Dimensão Geohistórica e a Percepção do Espaço, **Caderno de Ciências Humanas**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 68-76, out. 1998.
- DIEGUES, Antônio Carlos S. – Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: O Mito Moderno da Natureza Intocada. In: VIEIRA, Paulo Freire, MAIMON, Dália. **As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Rumo à Interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: APED/NAEA-UFPA, 1993, p. 219- 262.
- FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo – Estado de Sítio: Territórios e Identidades no Vale do Rio Branco. In: CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras/ SMC/ FAPESP, 1998, p. 267-280.
- FARIA, Alexandre Agripa – Etnoconservação Como Política do Meio Ambiente no Brasil: Desafios Políticos de Resistência e Integração ao Mundo Globalizado. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 55- 64, jul./ set. 2002.
- FARIA, I. F. – **Território e Territorialidades Indígenas do Alto Rio Negro**. Manaus: EDUA, 2003, 157 p.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto - **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Editora Contexto, 2001, 178 p.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi – Os Povos Indígenas e a Escola Diferenciada: Comentários Sobre Alguns Instrumentos Jurídicos Internacionais. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi, VIDAL, Lux Boelitz, FISCHMANN, Roseli. **Povos Indígenas e Tolerância- Construindo Práticas de Respeito e Solidariedade**. São Paulo: EdUSP, 2001, p. 87- 97.
- HAESBAERT, Rogério- Concepções de Território Para Entender a Desterritorialização. In: SANTOS, Milton, BECKER, Bertha K. **Território, Territórios: Ensaio Sobre o Ordenamento Territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007, p. 43-71.
- _____ - Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização. In: LIMONAD, Ester, HAESBAERT, Rogério, MOREIRA, Ruy. **Brasil, Século XXI- Por Uma Nova Regionalização: Agentes, Processos, Escalas**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2004a, p. 173-193.
- _____ - Fim dos Territórios ou Novas Territorialidades? In: LOPES, Luiz Paulo da Moita, BASTOS, Liliana Cabral. **Identidades: Recortes Multi e Interdisciplinares**. Campinas (SP): Mercado de Letras/ CNPq, 2002a, p. 29-51.
- _____ - **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multi-Territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b, 400 p.
- _____ - **Territórios Alternativos**. Niterói (RJ): EdUFF/ Editora Contexto, 2002b, 186 p.
- _____ - Território, Cultura e Des-Territorialização. In: ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato. **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 115-144.
- _____ - **Territórios Alternativos**. Niterói (RJ): EdUFF/ Ed. Contexto, 2002c, 186 p.
- HÉBETTE, Jean - **Cruzando Fronteira: 30 Anos de Estudo do Campesinato na Amazônia**. Volume III. Belém: EdUFPA, 2004, 363 p.
- IGLESIAS, Marcelo Piedrafita, AQUINO, Txai Terry Valle – A Hora e a Vez dos Índios no Governo da Floresta. In: RICARDO, Carlos Alberto. **Povos Indígenas no Brasil** 1996/ 2000. São Paulo, ISA, 2000, p. 565-570.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – **Povos Indígenas no Brasil** 1991/ 1995. São

- Paulo: ISA, 1996, 871 p.
- LÉNA, Philippe; ESTERCI, Neide; LIMA, Débora – Dinâmicas Predatórias e Projeto Socioambiental. **Boletim Rede Amazônia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 3- 8, 2003.
- LIMA, Marta Goretti Marinho; PEREIRA, Elves Marcelo Barreto – Populações Tradicionais e Conflitos Territoriais na Amazônia. **Geographias**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, jan./ jun. 2007, p. 107-119.
- McCONAHAY, Mary Jo – Amazonian Futures. **Choices**, New York, v. 6, n. 2, p. 19-25, abril 1997.
- MEIRA, Márcio – Os Índios do Rio Xié e a Fibra da Floresta. In: EMPERAIRE, Laure. **A Floresta em Jogo: O Extrativismo na Amazônia Central**. Tradução de Paulo Cohen. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 31-48. Original Francês.
- MENDES, Artur Nobre - O PPTAL e as Demarcações Participativas. In: LIMA, Antônio Carlos, BARROSO-HOFFMANN, Maria. **Estado e Povos Indígenas: Bases Para Uma Nova Política Indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002, p. 37-40.
- MENDES, Margarete Kitaka – Os Ashaninka do Rio Amônia no Rumo da Sustentabilidade. In: RICARDO, Carlos Alberto. **Povos Indígenas no Brasil 1996/ 2000**. São Paulo: ISA, 2000, p. 571-574.
- MONTSERRAT, Ruth Maria Fonini - Línguas Indígenas no Brasil Contemporâneo. 3 ed. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Índios no Brasil**. São Paulo: Global Editora/ MEC, 1998, p. 93-104.
- NEVES, Lino João de Oliveira – Olhos Mágicos do Sul (do Sul): Lutas Contra-Hegemônicas dos Povos Indígenas no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer Para Libertar: Os Caminhos do Cosmopolitismo Cultural**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003, p. 111-152.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco – **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999, 198 p.
- ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE - *Shenipabu Miyui*- História dos Antigos. 2ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, 168 p.
- PAIXÃO, Carlos Jorge – **Educação e Conhecimento na Amazônia**. Belém do Pará: UNAMA, 2004, 242 p.
- RÊGO, José Fernandes – Amazônia: Do Extrativismo ao Neoextrativismo. **Ciência Hoje**, Brasília, v. 25, n. 147, p. 62-65, mar. 1999.
- RENARD-CASEVITZ, France-Marie – História Kampa, Memória Ashaninca. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras/ SMC/ FAPESP, 1998, p. 197-212.
- RIBEIRO, Berta G. – **Amazonia Urgent: Five Centuries of History and Ecology**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/ Editora UFMG, 1992, 271 p.
- _____ - **Os Índios das Águas Pretas: Modo de Produção e Equipamento Produtivo**. São Paulo: EdUSP/ Companhia das Letras, 1995, 270 p.
- RIBEIRO, Darcy – **Os Índios e a Civilização**– A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 559 p.
- RICARDO, Carlos Alberto- **Povos Indígenas no Brasil 1996/ 2000**. São Paulo: ISA, 2000, 832 p.
- RICE, Richard E.; GULLISON, Raymond E.; REID, John W. – Can Sustainable Management Save Tropical Forests? **Scientific American**, New York, v. 276, n. 4, p. 34-39, abr. 1997.
- ROCHA, A. A. – Negro River and São Gabriel da Cachoeira – The Silent Speech of

- the Forest. In: ROCHA, Ana Augusta. **Brasil Aventura II**. São Paulo: Terra Virgem Editora, 1995, p. 104-121.
- SANTOS, Aberdan Silva – Perfumes da Floresta. In: CAPOZZOLI, Ulisses, **Amazônia- A Floresta e o Futuro: Tesouros**. São Paulo, Duetto Editorial/ Scientific American Brasil, 2008, p. 45-51, 2008.
- SILVA, Sílvio Simione – A Floresta Como Dimensão Territorial: Novos e Velhos Apontamentos Para a Compreensão do Desenvolvimento na Amazônia Acreana. In: FERNANDES, Bernardo Mançano, MARQUES, Marta Inez Medeiros, SUZUKI, Júlio César. **Geografia Agrária: Teoria e Poder**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, p. 289-312.
- SILVEIRA, Vássia Vanessa – Uma Viagem Pelo Mundo Mágico dos Ashaninka. **Outras Palavras**, Rio Branco, v. 1, n. 3, p. 14-17, 2000.
- SILVEIRA, Vássia Vanessa, LEITE, Cristina – Aldeias de Resistência. **Outras Palavras**, Rio Branco, v. 1, n. 5, p. 20-24, 2000.
- SIMONIAN, Lígia T. L. – Mulheres Indígenas Roraimenses: Organização Política, Impasses e Perspectivas. In: ALVES, Claudia Lima Esteves. **Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças**. Boa Vista: CCSG-UFRR, CAPES, 1998, p. 47- 91.
- SMITH, Nigel *et. al.* – **Experiências Agroflorestais na Amazônia Brasileira: Restrições e Oportunidades**. Brasília: PPG7, 1998, 146 p.
- THÉRY, Hervé – **Environnement et Développement en Amazonie Brésilienne**. Paris: Éditions Bélin, 1997, 207 p.
- URBAN, Greg – A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras/ SMC/ FAPESP, 1998, p. 87-102.
- VIDAL, Lux Boelitz – As Terras Indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Índios no Brasil**. São Paulo: Global Editora/ MEC, 1998, p. 193-204.
- WALLS, James – The International Year of the World’s Indigenous People: “First Nations” Speak Out. **Choices**, New York, v. 2, n. 2, p. 14-19. jun. 1993.
- WRIGHT, Robin M. – História Indígena do Noroeste da Amazônia: Hipóteses, Questões e Perspectivas. In: CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras/ SMC/ FAPESP, 1998, p. 253-266.
- ZENUN, K. H.; ADISSI, V. M. A. – **Ser Índio Hoje: A Tensão Territorial**. São Paulo: Edições Loyola, 1998, 152 p.